



SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA

# **CADERNO DE ENCARGOS**

**Procedimento n.º 1216/CP/2025**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA, PELO  
PERÍODO DE 12 MESES**

**(Concurso Público)**



## CLÁUSULAS JURÍDICAS

### CLÁUSULA 1.º

#### Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem como objeto principal a aquisição de serviços de limpeza e higiene nas instalações do Supremo Tribunal de Justiça, em Lisboa e no Porto, ao abrigo do CPV **90910000-9 Serviços de Limpeza**.

### CLÁUSULA 2.º

#### Duração

1. O contrato a celebrar tem a duração de 12 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo;
2. O contrato produz efeitos no dia 01 de abril de 2025, pelo período de 12 meses.

### CLÁUSULA 3º

#### Locais da Prestação de Serviços

1. Os serviços de limpeza são prestados nos seguintes locais:
  - a. Lisboa: Praça do Comércio, S/N, 1149-012 Lisboa;
  - b. Porto: Rua Júlio Dinis, n.º 728, 9.º Esq, 4050-318 Porto.

### CLÁUSULA 4º

#### Preço Base

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o valor máximo do benefício económico resultante do contrato a celebrar fixa-se, para as duas instalações, em **90.780,00 € (noventa mil e setecentos e oitenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo



que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato;

2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, designadamente;
  - a. Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
  - b. Todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção do material e equipamento;
  - c. Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
  - d. Encargos com telecomunicações e correios;
  - e. Tradução e reprodução de documentos;
  - f. Fardamento, equipamento e consumíveis.

## **CLÁUSULA 5.º**

### **Condições de Pagamento**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, as entidades adjudicantes devem pagar ao cocontratante o montante que resulte da aplicação dos preços unitários contratados, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, aos serviços que efetivamente lhes sejam prestados, até atingir o preço contratual;
2. A faturação será realizada mensalmente, por cada instalação, devendo as quantias devidas por cada entidade adjudicante ser pagas no prazo de 30 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o termo do período de faturação a que respeitam, e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência;
3. A faturação será ajustada em cada mês de acordo com a assiduidade registada;



4. As faturas são emitidas em nome do SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA de acordo com os requisitos legais em vigor, seguindo as normas estabelecidas previstas no artigo 299.º-B do CCP.
5. Para além dos elementos previstos no artigo 299.º-B do CCP, as faturas devem ainda discriminar os serviços efetivamente prestados, bem como, sob pena de devolução, o número de compromisso financeiro associado, o qual será indicado e/ou obtido junto do SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA;
6. As faturas devem ser remetidas ao SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados para o Portal FEAP (Faturação Eletrónica na Administração Pública) disponibilizado pela ESPAP;
7. Caso as faturas apresentadas não cumpram o disposto nos números 4. e 5., ou por qualquer outro motivo não sejam validadas pela entidade adjudicante, porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao cocontratante que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de receção da comunicação ou das faturas devolvidas;
8. O pagamento das faturas devidamente emitidas e em conformidade com as disposições deste artigo, é realizado mediante transferência bancária para o IBAN, indicado em documento bancário apresentado pelo cocontratante, o qual deverá ser atualizado sempre que necessário;
9. Caso o cocontratante pretenda, durante a execução do contrato, alterar o IBAN, deve apresentar novo documento bancário que evidencie a sua titularidade;
10. Só são devidos os valores referentes aos serviços efetivamente prestados;



11. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte de qualquer entidade adjudicante, o cocontratante tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

## **CLÁUSULA 6.º**

### **Revisão de preços e adiantamentos**

1. No âmbito do presente contrato não há lugar a adiantamentos.
2. Os preços acordados no ato da adjudicação são válidos, sem revisão de preços, para toda a vigência do contrato.

## **CLÁUSULA 7.º**

### **Responsabilidade**

1. O cocontratante assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a entidade adjudicante pela boa prestação dos mesmos;
2. O cocontratante é responsável por todos os prejuízos e danos causados à entidade adjudicante e/ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da atividade, da atuação do seu pessoal ou da deficiente execução dos serviços objeto do contrato;
3. O cocontratante responde nomeadamente por quaisquer erros, deficiências ou omissões na prestação de serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o cocontratante provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela entidade adjudicante;
4. Sempre que os erros, deficiências ou omissões na prestação de serviços resultem de dados fornecidos pela entidade adjudicante, o apuramento das responsabilidades faz-se de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP;



5. Em qualquer altura e logo que solicitado pela entidade adjudicante, o cocontratante obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta do cocontratante, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
6. A entidade adjudicante reserva-se o direito de supervisionar e controlar o modo de execução da prestação de serviços, diretamente ou através de seus representantes, designados para o efeito;
7. As ações de supervisão e controlo da entidade adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do cocontratante no que se refere aos serviços prestados.

## **CLÁUSULA 8.º**

### **Propriedade Intelectual**

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização na prestação de serviço, de quaisquer patentes, marcas, licenças e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos;
2. Se qualquer entidade adjudicante vier a ser demandada por ter sido infringido, na execução da prestação de serviços, qualquer dos direitos mencionados no ponto anterior, o cocontratante responderá nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

## **CLÁUSULA 9.º**

### **Cessão da Posição Contratual e Subcontratação**

1. O cocontratante não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia do SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA;



2. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais;
3. A subcontratação de prestações contratuais que envolvam o tratamento de dados pessoais, carece de autorização prévia do SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que deverá ser realizada nos termos legalmente previstos para o efeito;
4. O cocontratante é responsável pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do contrato, mesmo que seja realizado por subcontratado.

## **CLÁUSULA 10.º**

### **Comunicações e Notificações**

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes contratantes relativas aos aspetos de execução do contrato devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante da respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
3. As notificações e as comunicações que tenham o contraente público como destinatário e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, feitas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas até às 10 horas do dia útil seguinte.

## **CLÁUSULA 11.º**

### **Sigilo**

1. O cocontratante obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade da entidade



- adjudicante ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato;
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
  3. O cocontratante obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços da Administração Pública a que tenha acesso na execução do contrato;
  4. O cocontratante assume igualmente o compromisso de restituir, remover e destruir, no final do contrato, todo e qualquer registo, eletrónico ou em papel, relacionado com os dados e processos analisados, incluindo dados pessoais, e que a entidade adjudicante lhe indique para esse efeito;
  5. O cocontratante obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da entidade adjudicante, nos termos legalmente previstos, relativamente à proteção de dados pessoais e à proteção jurídica de bases de dados;
  6. Após ter conhecimento de alguma violação de dados pessoais o cocontratante notifica a entidade adjudicante sem demora injustificada, em prazo inferior a 48 horas;
  7. O cocontratante garante que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

## **CLÁUSULA 12.º**

### **Proteção de Dados**

1. O cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de



abril de 2016 (RGPD), devendo, nomeadamente:

- a) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da entidade adjudicante, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso a entidade adjudicante desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;
- d) Garantir o cumprimento do RGPD, nas condições aqui previstas, quando pretenda contratar um subcontratante;
- e) Tomar em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência à entidade adjudicante pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
- f) Prestar assistência à entidade adjudicante no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;
- g) Consoante a escolha da entidade adjudicante, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;

- h) Disponibilizar à entidade adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, facilitando e contribuindo para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela entidade adjudicante ou por terceiro por esta mandatado.
2. A entidade adjudicante, caso suspeite de incumprimento do RGPD, pode notificar o cocontratante para este, no prazo de 5 dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento;
3. Caso o cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a entidade adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do cocontratante, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria;
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante pode compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao cocontratante, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas;
5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do cocontratante, este deverá, no prazo de 10 dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à entidade adjudicante;
6. O não cumprimento do RGPD, por facto imputável ao cocontratante, é considerado, para todos os efeitos, incumprimento definitivo, podendo a entidade adjudicante resolver o contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP;
7. Caso o cocontratante impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente cláusula, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, por oposição reiterada ao exercício dos poderes de fiscalização, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP.

### **CLÁUSULA 13.º**

#### **Gestor do Contrato**

O gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução contratual, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 290.º-A do CCP, será efetuado pela Senhora Amélia Martins, Assistente Técnica do Supremo Tribunal de Justiça.

### **CLÁUSULA 14.º**

#### **Seguros**

1. Sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do contrato e do presente caderno de encargos, o cocontratante deve ser tomador das seguintes apólices de seguro:
  - a) Responsabilidade civil profissional, com o capital seguro de 1 000 000 EUR;
  - b) Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais relativamente a todo o pessoal empregue na prestação dos serviços.
2. O cocontratante apresentará, antes do início dos trabalhos, as apólices de seguro mencionadas no número anterior;
3. As apólices referidas no número 1, devem vigorar durante o período de vigência do contrato.

### **CLÁUSULA 15.º**

#### **Penalidades Contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:



- a) Quando em sede de auditoria se verifique um estado de limpeza não conforme, considerado o estabelecido na cláusula 32.<sup>a</sup>, será aplicada uma sanção pecuniária calculada nos seguintes termos:

$$V_{\text{sanção}} = (0,80 - \text{Pontuação}) \times V_{\text{contrato}}$$

Sendo:  $V_{\text{sanção}}$  = Valor da sanção a deduzir ao valor do contrato;

Pontuação = Pontuação apurada na(s) auditoria(s) realizada(s), sendo a mesma inferior a 0,8;

$V_{\text{contrato}}$  = Valor dos serviços prestados no mês que antecede nas instalações desconformes x 1,5.

- b) Pelo incumprimento da obrigação de substituição de quaisquer materiais, equipamentos ou produtos de limpeza e reposição dos equipamentos e consumíveis em falta, quando tal lhe tenha sido solicitado pela entidade adjudicante, nos termos do disposto no n.º 2 da cláusula 30.<sup>a</sup>, é aplicada uma sanção fixa de 200 EUR por cada dia em que se mantenha a ocorrência;
- c) Pelo incumprimento da obrigação de comunicação prévia à entidade adjudicante da alteração da composição das equipas e entrada em funções de novas funcionárias nas instalações objeto do contrato, prevista no n.º 1 da cláusula 24.<sup>a</sup>, é aplicada uma sanção fixa de 200 EUR por cada dia em que se mantenha a ocorrência, a contar da data em que as funcionárias entrarem ao serviço e até comunicação por parte da cocontratante à entidade adjudicante;
- d) Pela permanência nas instalações de funcionários não autorizados pela entidade adjudicante, será aplicada uma sanção fixa de 200 EUR por cada dia em que se mantenha o incumprimento;
- e) Pelo incumprimento da substituição de recursos/supervisor nos termos dos n.ºs 3 e 4, da cláusula 24.<sup>a</sup>, será aplicada uma penalidade no valor de 100 EUR por cada dia de atraso para além do estipulado;



- f) Pelo incumprimento da atualização da listagem dos trabalhadores ou dos registos das suas presenças, nos termos das alíneas l) e m) do n.º 1 da cláusula 29.<sup>a</sup>, é aplicada uma sanção fixa de 200 EUR por cada dia que se mantenha a ocorrência;
- g) A entidade adjudicante pode ainda aplicar, cumulativamente, as seguintes penalidades:
  - i. Por cada dia de atraso no tempo de resposta e resolução de reclamações nos termos previstos no n.º 4 da cláusula 25.<sup>a</sup> será aplicada uma sanção pecuniária no valor de 100 EUR por cada dia de atraso;
  - ii. Por cada não comparência à inspeção às instalações para supervisão da prestação de serviços será aplicada uma sanção pecuniária no valor de 200 EUR;
  - iii. Por cada não comparência do responsável da limpeza no dia marcado para a realização das auditorias previstas na cláusula 32.<sup>a</sup>, será aplicada uma sanção de 350 EUR;
  - iv. Por cada não comparência do supervisor no dia marcado para a realização das reuniões mensais previstas no n.º 4 da cláusula 21.<sup>a</sup>, será aplicada uma sanção de 150 EUR;
  - v. Pela não apresentação dos relatórios de inspeção previstos no n.º 4 da cláusula 21 e dos relatórios previstos na cláusula 30 será aplicada uma sanção de 150 EUR por cada relatório em falta;
  - vi. Por cada dia de atraso na resolução de inconformidades nos termos do n.º 6 da cláusula 31, uma sanção pecuniária de 150 EUR.

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em



conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento;

3. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%;
6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

## **CLÁUSULA 16.º**

### **Trabalhadores Afetos à Prestação de Serviços**

O cocontratante deve garantir, relativamente aos trabalhadores afetos à execução do contrato a celebrar, o cumprimento integral das disposições previstas no artigo 419.º-A CCP.

## **CLÁUSULA 17.º**

### **Foro Competente**

Para a resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo mais próximo, geograficamente, da sede da entidade adjudicante.

## **CLÁUSULA 18.º**

### **Legislação Aplicável**

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

## **CLÁUSULAS TÉCNICAS**

## **CLÁUSULA 19.º**

### **Caracterização da Prestação de Serviços**

1. A prestação de serviços de limpeza a contratar engloba a intervenção nas áreas dos edifícios em conformidade com o estipulado no plano de limpeza previsto nas presentes cláusulas técnicas, as quais referem a caracterização específica da prestação dos serviços e outras condições cuja execução é imperativa, por forma a manter os espaços em ótimas condições de higiene, limpeza e conforto;
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação e regulamentação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação de realizar as atividades previstas para a prestação de serviços objeto do contrato de acordo com o estabelecido no presente caderno de encargos e nos demais documentos que o integram;
  - b) Obrigação de apresentar a documentação exigível nos termos definidos no presente caderno de encargos e nos demais documentos que o integram;
  - c) Obrigação de afetar à prestação dos serviços uma equipa de acordo com estabelecido no presente caderno de encargos e nos demais documentos que o integram;



- d) Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor do contrato, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação.
3. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## **CLÁUSULA 20.º**

### **Obrigações da Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
- a) Obrigação de realizar a limpeza das instalações, com o fornecimento dos produtos necessários e adequados;
  - b) Obrigação de apresentar documentação sobre a prestação do serviço, de acordo com o estabelecido no presente caderno de encargos;
  - c) Obrigação de afetar equipas de limpeza à prestação do serviço, nos termos do presente caderno de encargos,
  - d) Obrigação de efetuar em todas as instalações, inspeções regulares por contacto direto ao pessoal de limpeza, nos termos do presente caderno de encargos;
  - e) Obrigação de informar previamente a entidade adjudicante, de qualquer substituição que pretenda efetuar, por qualquer motivo;
  - f) Obrigação de substituir os elementos afetos à prestação de serviço quando solicitado;





- g) Obrigação de manter uma estrutura capaz de assegurar todos os serviços compreendidos no objeto do contrato.

## **CLÁUSULA 21.º**

### **Supervisão da Prestação de Serviços**

1. A fim de assegurar o correto desempenho da prestação de serviços, o cocontratante, através de responsáveis de supervisão, efetuará inspeções regulares por contacto direto ao pessoal da limpeza;
2. As visitas de inspeção para monitorização nas instalações da prestação dos serviços de limpeza deverão ter a duração adequada a acompanhar a execução da limpeza em cada uma das instalações e ser realizadas com a periodicidade mensal;
3. Em cada inspeção o supervisor deverá registar a sua entrada e saída junto da equipa de segurança quando exista, ou de quem o gestor do contrato designe para esse efeito;
4. O cocontratante deve reunir mensalmente com o gestor do contrato ou com a pessoa que a entidade adjudicante designe para o efeito, na qual devem ser apresentados os relatórios de inspeção, realizados no mês que antecede, por instalação, com indicação do dia, hora de início e de fim de inspeção e resultados obtidos;
5. O cocontratante deve ter disponibilidade para, quando for necessário, resolver situações excecionais que ocorram durante a execução do contrato.

## **CLÁUSULA 22.º**

### **Perfil, Fardamento e Identificação do Pessoal**

1. O cocontratante obriga-se a ter ao seu serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional, incluindo formação e sensibilização dos seus trabalhadores sobre boas práticas ambientais, a qual deve ocorrer, no mínimo, uma vez por ano;



2. O cocontratante obriga-se a manter a disciplina e a boa apresentação do seu pessoal;
3. O pessoal deverá dispor de fardamento próprio que permita a sua identificação.
4. O pessoal deverá estar permanentemente munido de credencial ou outro documento de identificação, emitido pela cocontratante.

### **CLÁUSULA 23.º**

#### **Substituição de Pessoal**

1. O cocontratante deve informar previamente a entidade adjudicante, através do gestor de contrato, de qualquer substituição de pessoal que pretenda efetuar;
2. Os novos elementos devem ser previamente informados sobre as particularidades do serviço que vão efetuar;
3. A entidade adjudicante pode solicitar a substituição dos trabalhadores, incluindo responsáveis de supervisão, sempre que verifique que não reúnem as condições necessárias ao desempenho das suas funções, designadamente incorreção no trato, desleixo, ou negligência na execução do serviço, mediante simples comunicação por escrito, fundamentando o pedido;
4. O cocontratante obriga-se a substituir qualquer elemento do seu pessoal, desde que solicitado nos termos do número anterior, no prazo de 5 dias úteis.

### **CLÁUSULA 24.º**

#### **Fiscalização e Controle de Qualidade**

1. Fica reservado à entidade adjudicante o direito de fiscalizar e dirigir o modo de execução da prestação dos serviços;



2. O poder de direção consiste no poder de dar instruções e orientações na forma como o contrato é cumprido e executado pela cocontratante;
3. O exercício do direito de fiscalização pela entidade adjudicante não diminui, de qualquer modo, a responsabilidade do cocontratante, no caso de se verificar posteriormente a deficiente execução do contrato ou das instruções e orientações da entidade adjudicante;
4. A deficiente execução do serviço poderá dar lugar a reclamação escrita, por parte da entidade adjudicante, a qual deverá ser objeto de resposta e resolução no prazo adequado, o qual não deve, em caso algum, ser superior a cinco dias úteis.

## **CLÁUSULA 25.º**

### **Legislação Laboral e Contratos Pessoal**

1. O cocontratante deverá respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre a sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo a única responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
2. O cocontratante obriga-se a afixar no local de trabalho os mapas de horário de trabalho;
3. O cocontratante obriga-se ainda a enviar à entidade adjudicante, quando solicitado, a documentação que comprove estarem abrangidos pelo regime geral de segurança social os trabalhadores alocados à execução contratual, bem como de documentação referente ao cumprimento das regras e legislação em vigor, no que diz respeito a turnos, horários, rotatividade de trabalhadores e gozo de folgas;
4. Findo o contrato, independentemente do fundamento da cessação, o destino do pessoal e as consequências emergentes dos contratos de trabalho celebrados são da responsabilidade do cocontratante.

## **CLÁUSULA 26.º**

### **Equipamentos, Produtos e Utilização das Instalações**

1. O cocontratante deve:
  - a) Fornecer todos os produtos de limpeza necessários em qualidade e quantidade adequadas;
  - b) Disponibilizar todos os utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços de limpeza, considerando as especificidades dos locais abrangidos, designadamente, equipamentos para trabalhos de limpeza em altura para limpezas profundas, de vidros e de caixilharias, equipamentos para limpeza e vitrificação de pavimentos.
2. O cocontratante é responsável pela correta utilização das instalações e equipamentos que lhe forem confiadas, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido;
3. O cocontratante obriga-se a devolver os bens que lhe tenham sido confiados, em perfeito estado de utilização, sem prejuízo do normal desgaste decorrente da sua correta utilização.

## **CLÁUSULA 27.º**

### **Caracterização Específica da Prestação de Serviços**

1. O cocontratante será responsável pela limpeza das instalações identificadas no Anexo I ao presente caderno de encargos, e de quaisquer outros bens nelas existentes, com fornecimento dos produtos necessários e adequados;
2. Os serviços de limpeza a prestar em cada local estão definidos no Anexo I e devem ser realizados em conformidade com as especificações técnicas definidas no Anexo II, ambos ao presente caderno de encargos;

3. Os serviços de limpeza a prestar em cada local devem ser realizados em conformidade com os níveis de serviço definidos no presente caderno de encargos.

## **CLÁUSULA 28.º**

### **Composição das Equipas e Horários de Trabalho**

1. A composição das Equipas e Horários de Trabalho dos serviços de limpeza a prestar em cada local estão definidos no Anexo I ao presente caderno de encargos, não sendo admissíveis suspensões da prestação de serviços baseadas em ausência, por motivo de férias, doença ou outro, de qualquer dos elementos da equipa;
2. A carga horária fixada no Anexo I ao presente caderno de encargos corresponde às horas estimadas de serviço a prestar no período de execução do contrato;

## **CLÁUSULA 29.º**

### **Níveis de Serviço**

1. Os serviços de limpeza devem ser realizados em conformidade com os níveis de serviço indicados em seguida:
  - a) A prestação de serviços de limpeza deverá ser integralmente executada nas instalações identificadas no presente caderno de encargos;
  - b) É responsabilidade do cocontratante controlar a qualidade da prestação de serviços de limpeza executados nas instalações que lhe estão afetas, bem como o controlo dos produtos de limpeza e equipamentos utilizados nessa prestação, determinando a sua substituição ou reposição, quando necessário ou quando solicitado pela entidade adjudicante, bem como a apresentação dos trabalhadores ao serviço (ex.: incorreção no trato, desleixo ou negligência na execução do serviço);
  - c) Durante a vigência do contrato, a entidade adjudicante reserva-se no direito de proceder à verificação dos produtos e à inspeção dos equipamentos, sempre que o



entenda conveniente, podendo, caso se justifique, mandar suspender e/ou substituir a utilização de qualquer produto ou equipamento;

- d) A entidade adjudicante poderá, em qualquer altura, determinar a substituição do pessoal cuja permanência nas suas instalações entenda não dever autorizar;
- e) Todos os produtos de limpeza, materiais e equipamentos necessários ao serviço de limpeza são da responsabilidade do cocontratante;
- f) Todos os produtos de limpeza, lavagem, desengorduramento e desodorização a utilizar devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequada à limpeza das diferentes superfícies (opacas e translúcidas, pavimentos, mobiliário, metais, equipamentos elétricos, etc.), assumindo o cocontratante inteira e exclusiva responsabilidade pelos produtos que usar, nomeadamente no que respeita a eventuais danos que posteriormente se verifiquem, desde que atribuíveis àqueles;
- g) Os produtos referidos na alínea anterior devem ser produzidos em conformidade com requisitos de rótulos ecológicos ou outros rótulos ambientais tipo I (ISO 14024) equivalentes, nacionais ou regionais (por exemplo o Rótulo Ecológico da UE), ou equivalente;
- h) É da inteira responsabilidade do cocontratante o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas da entidade adjudicante destinadas à recolha de resíduos e efluentes, sempre que exista, se mostre adequada, e mediante autorização prévia;
- i) O cocontratante deve fazer a recolha seletiva dos resíduos com posterior encaminhamento para reciclagem;
- j) É da responsabilidade e encargo do cocontratante a aquisição de todo o material móvel necessário aos trabalhos da prestação de serviços (viaturas, máquinas,



equipamentos, ferramentas, utensílios e restantes produtos), bem como todos os gastos com a sua manutenção e conservação em perfeito estado de funcionamento, durante o período de vigência do contrato;

- k) Caso a entidade adjudicante ceda equipamentos de limpeza para utilização por parte do cocontratante, será elaborado um documento de consignação que registará o estado em que os equipamentos são entregues, bem como eventuais anomalias ou necessidades de intervenção que se considerem necessárias para a sua operacionalidade em condições adequadas;
- l) O cocontratante obriga-se a apresentar à entidade adjudicante uma relação, por categorias profissionais, com indicação dos nomes dos trabalhadores e áreas a que estão afetos ao serviço. Da referida listagem constará, igualmente, a natureza do vínculo laboral entre os trabalhadores aí referidos e o cocontratante, bem como a data de início e duração;
- m) O cocontratante obriga-se a manter, sempre que possível com recurso a um sistema automático, e a disponibilizar os registos de tempo de trabalho dos trabalhadores ao serviço, em registo informático de fácil consulta;
- n) O cocontratante deverá cumprir todas as disposições legais e regulamentares em vigor, relativamente a todo o seu pessoal, assegurando tal procedimento junto de eventuais subcontratados, respondendo plenamente pela sua observância perante a entidade adjudicante;
- o) O cocontratante deve assegurar a qualidade dos serviços de limpeza garantindo os resultados identificados na especificação dos serviços de limpeza constantes no Anexo II ao presente caderno de encargos, devendo garantir na limpeza profunda do pavimento a utilização de máquinas rotativas auto-lavadoras, adequadas aos pisos de cada instalação, com função de aspiração de água e enceramento;



- p) O cocontratante deve respeitar os códigos de cores para os panos e utensílios a utilizar, bem como a sinalética de segurança que lhe seja exigida pela entidade adjudicante;
  - q) A entidade adjudicante garantirá ao cocontratante o acesso às instalações para a prestação do serviço, devendo respeitar as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações;
  - r) É da responsabilidade do cocontratante a gestão operacional (colocação e reposição) dos consumíveis necessários à manutenção em perfeito estado das instalações sanitárias;
  - s) Quando aplicável, nas escadas interiores as fitas antiderrapantes não podem ser limpas com água, devendo ser apenas varridas. A lavagem dos degraus em pedra deverá ser efetuada com uma esfregona húmida bem espremida;
  - t) Para acesso às instalações podem ser entregues chaves às equipas de limpeza, o que fica na disponibilidade da entidade adjudicante, caso em que é assinado termo de responsabilidade por quem ficar com a guarda das chaves, sendo da responsabilidade do cocontratante a substituição integral das fechaduras e novo lote de chaves, em caso de extravio das que lhe foram entregues pela entidade adjudicante;
  - u) No caso previsto na alínea anterior, no momento de entrada e saída das instalações, devem proceder à desativação e ativação do alarme, quando existente, assegurando que não ocorre falso alarme sob pena de responsabilização sobre o envio não justificado do piquete de intervenção da segurança.
2. A substituição de quaisquer materiais, equipamentos ou produtos de limpeza e reposição dos equipamentos e consumíveis em falta, a que se refere a alínea b) do número anterior, deve ser realizada no prazo de 2 dias úteis nas instalações localizadas em Lisboa e Porto.





3. O cocontratante compromete-se a cumprir todas as normas ambientais aplicáveis à presente prestação de serviços.

### **CLÁUSULA 30.º**

#### **Reporte e Monitorização**

1. É obrigação do cocontratante produzir os seguintes relatórios de suporte à gestão do contrato:
  - a) Relatórios de faturação; e
  - b) Relatórios de níveis de serviço.
2. O cocontratante deve enviar os relatórios de faturação à entidade adjudicante com uma periodicidade trimestral, até ao 5.º dia útil do mês a seguir ao trimestre a que respeitam;
3. Os relatórios de níveis de serviço devem ser enviados à entidade adjudicante com uma periodicidade mensal, até ao 3.º dia útil do mês a seguir ao período a que respeitam;
4. O não envio dos referidos relatórios, ou a existência de erros ou omissões nos mesmos que não permitam monitorizar o contrato celebrado, terá um efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida até à regularização da situação em causa;
5. Os relatórios de gestão serão emitidos tendo em conta a informação agregada ao nível do contrato a celebrar.
6. Os relatórios de faturação devem conter, com a agregação de informação acima indicada, os seguintes elementos:
  - a) Locais de prestação do serviço;
  - b) Informação agregada da faturação relativa ao serviço prestado;
  - c) Serviços fornecidos, com indicação da duração do contrato e dos serviços previstos;



- d) Quantidade de produtos e equipamentos utilizados;
  - e) Preço dos serviços fornecidos (valor total do contrato e valor unitário).
7. Os relatórios de níveis de serviço devem conter, com a agregação da informação acima indicada, os seguintes elementos:
- a) Serviços fornecidos;
  - b) Volume e tipo de serviços fornecidos (com datas e locais de fornecimento);
  - c) Lista com identificação da espécie e quantidade dos produtos e equipamentos de limpeza utilizados;
  - d) Identificação e quantificação do pessoal afeto aos diversos serviços;
  - e) Número de horas de prestação de serviços realizadas ao abrigo do Banco de Horas, quando aplicável;
  - f) Informação sobre os resultados de auditorias ao estado da limpeza e respetiva justificação;
  - g) Tipo e quantidade de serviços, incluindo produtos e equipamentos, sem a qualidade requerida;
  - h) Informação sobre incumprimentos relativos a número de horas/recursos contratados, realmente afetos ao serviço e respetiva justificação;
  - i) Justificação dos incumprimentos;
  - j) Sanções aplicadas e justificação.

### **CLÁUSULA 31.º**

#### **Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza**

1. A avaliação do estado da limpeza é efetuada com recurso a auditorias onde o avaliador definirá se o estado da instalação analisada após a limpeza está conforme os resultados definidos no Anexo II ao presente caderno de encargos, e cumpre as condições os requisitos e níveis de serviço definidos no presente caderno de encargos;
2. As auditorias são realizadas em cada local por quem venha a ser indicado pela entidade adjudicante, acompanhado pelo Responsável da Limpeza por parte do cocontratante,



sendo que uma eventual não comparência deste último não o desvincula dos resultados da auditoria,

3. Deverão ser realizadas as auditorias necessárias de acordo com o solicitado pela entidade adjudicante, conforme previsto no presente caderno de encargos;
4. Nas auditorias previstas nos números anteriores é atribuída uma avaliação de 0 (zero) ou 1 (um), correspondendo a avaliação (0) zero a um estado de limpeza não conforme e a avaliação (1) um a um estado de limpeza conforme. Uma avaliação do estado de limpeza é considerada conforme, na globalidade, se o resultado for igual ou superior a 80%;
5. As auditorias devem ser solicitadas ao cocontratante através dos contactos fornecidos por esta, com 5 dias de antecedência;
6. As situações que no decurso da auditoria sejam identificadas como não conformes com o Anexo II ao presente caderno de encargos deverão ser resolvidas pela cocontratante no prazo de 5 dias úteis.

## **CLÁUSULA 32.º**

### **Dever de Mútua Colaboração**

O cocontratante deverá apresentar relatórios sobre o desempenho do serviço de limpeza, com ênfase nas dificuldades sentidas e propondo soluções de melhoria, as quais serão objeto de análise e tratamento pela entidade adjudicante.

## ANEXO I

### Caracterização específica da prestação do serviço, instalações e composição das equipas

#### 2.ª a 6.ª feira

Instalações/ Morada	Tipologia do Serviço	Função	N.º Trabalhadores	Horário
Praça do Comércio, S/N, 1149-012 Lisboa	Limpeza Programada Profunda	Encarregada de limpeza	1	06h00 às 09h00
	Limpeza Programada Profunda	Trabalhadora de limpeza	6	06h00 às 09h00
	Limpeza Programada Regular	Trabalhadora de limpeza	1	09h00 às 12h00
	Limpeza Programada Regular	Trabalhadora de limpeza	1	12h00 às 15h00
	Limpeza Programada Regular	Trabalhadora de limpeza	1	15h00 às 18h00
Rua Júlio Dinis, n.º 728, 9.º Esq, 4050-318 Porto	Limpeza Programada Profunda	Trabalhadora de limpeza	1	08h00 às 09h00

#### Lavagem Trimestral de Todos os Vidros

Instalações/ Morada	Tipologia do Serviço	Função	N.º Trabalhadores	Horário
Praça do Comércio, S/N, 1149-012 Lisboa	Limpeza Programada Profunda	Lavador de Vidros	Os necessários para realizar o serviço com boa qualidade	06h00 às 09h00

## ANEXO II

### Especificações dos Serviços de Limpeza

#### A. Limpeza Regular Programada

Principais Atividades	Resultados
Limpeza do pó, dedadas e humidades dos corrimões e puxadores de portas	Ausência de pó, dedadas e humidades nos corrimões e puxadores de portas
Limpeza de interruptores de luz	Ausência de pó, dedadas e sujidade nos interruptores de luz
Limpeza do pó, dedadas e humidades dos móveis e equipamentos de escritório, informática e comunicações	Ausência de pó, dedadas e sujidade nos móveis e equipamentos de escritório, informática e comunicações
Limpeza/ lavagem do pavimento de compartimentos, halls, corredores, passadiços, entradas, patamares, escadas e elevadores	Não existência óbvia de areias ou pós no pavimento
Limpeza do pó, dedadas e humidades dos móveis e dos utensílios/equipamentos de WC	Ausência de pó, dedadas e humidades nos móveis e nos utensílios/equipamentos de WC
Limpeza de equipamento sanitário	Ausência de maus cheiros; Os equipamentos deverão encontrar-se devidamente higienizados/ desinfetados, não possuindo quais manchas ou sujidades; As torneiras e tubagens deverão apresentar um aspeto brilhantado.

Limpeza de vidros e espelhos das instalações sanitárias	Não existência de manchas, resíduos ou pós – especial enfoque nas áreas manuseadas ou em tudo o que perturbe a visibilidade através dos mesmos.
Limpeza superfícies, incluindo pavimento e paredes nas instalações sanitárias	Ausência de pó, dedadas, manchas, marcas, sujidades, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados em todas as superfícies; Ausência de maus cheiros
Abastecimento correto e regular das instalações sanitárias com consumíveis sanitários	Ausência de falhas no abastecimento dos consumíveis; Correta reposição (isto é, não haver produto fora dos suportes para os utentes reporem)
Despejo e limpeza de recipientes do lixo	Os recipientes não podem conter resíduos no seu interior e sujidades óbvias no seu exterior, devendo ser efetuada a recolha e substituição dos sacos que possuam lixos. Remoção de todos os lixos para o exterior das instalações e colocação nos recipientes/ contentores destinados para o efeito, respeitando o horário legalmente definido, as condições adequadas ao tipo de lixos recolhidos e os procedimentos ambientais e de gestão de resíduos da Entidade Adjudicante

## B. Limpeza Profunda Programada

Principais Atividades	Resultados
Limpeza de metais, rodapés, ombreiras das portas, portas exteriores e interiores	Ausência de pó, dedadas e manchas nos metais, rodapés, ombreiras das portas, portas exteriores e interiores
Limpeza profunda dos tectos	Ausência de pó, dedadas, teias de aranha, manchas, marcas ou outros resíduos sólidos ou líquidos passíveis de remoção dos tectos e dos pontos de iluminação neles colocados
Desinfecção de telefones	Os telefones deverão encontrar-se higienizados/ desinfetados, não possuindo quaisquer manchas ou sujidades
Limpeza de objetos em madeira com produtos adequados à sua proteção e lustro	Não existência de dedadas, manchas, marcas, líquidos ou sujidades óbvias; Deverão apresentar um aspeto abrilhantado, resultante da aplicação de produtos adequados ao tipo de material em causa
Limpeza / lavagem de varandas, terraços e logradouros exteriores	Não existência de lixos ou outros resíduos sólidos visíveis (papéis, embalagens ou outros detritos) depositados no chão e em floreiras/locais ajardinados; Não existência de manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados; O pavimento das varandas, terraços e logradouros deverá apresentar um aspeto abrilhantado, resultante da sua lavagem de acordo com o tipo de material que o compõe; Ralos de esgotos com possibilidade de escoamento total das águas

Limpeza de cadeiras e sofás de pele com produtos adequados à sua proteção e lustro	Não existência de dedadas, manchas, marcas, líquidos ou sujidades óbvias; Deverão apresentar-se protegidos e com um aspeto brilhantado, resultante da aplicação de produtos adequados ao tipo de mobiliário em causa
Limpeza profunda de cadeiras e sofás forrados a tecido	Não existência de dedadas, manchas, lamas, líquidos ou sujidades óbvias, quando passíveis de serem removidos, tendo em conta o material em causa, por lavagem, limpeza a seco ou aspiração
Arredamento de todos os móveis de fácil deslocação, sua limpeza completa e limpeza das paredes onde estes de encontram encostados	Ausência de pó, qualquer mancha ou sujidade incrustada
Limpeza profunda de tapetes, carpetes e alcatifas	Ausência de pó, areias manchas, lamas ou outros resíduos sólidos visíveis, quando possíveis de serem removidos, tendo em conta o material em causa, por lavagem, limpeza a seco ou aspiração
Limpeza de parapeitos e vidros e envidraçados interiores	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos parapeitos interiores; Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros e envidraçados interiores
Limpeza a fundo de todos os pavimentos (incluindo escadas, patamares, passadiços e elevadores), procedendo quando adequado ao seu enceramento e polimento	O pavimento deve apresentar um estado de limpeza que se assemelhe ao seu estado original, não contendo lixos ou sujidades suscetíveis de remoção e possuindo um aspeto brilhantado, resultante de atividades como enceramento, polimento, lavagem a seco, entre outras, de acordo com o tipo de pavimento existente
Enceramento do mobiliário	Ausência de pó, manchas, marcas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados em todas as superfícies do mobiliário, devendo este apresentar



	um aspeto encerado, resultante da aplicação de produtos adequados a essa finalidade e ao tipo de material em questão
Limpeza do pó, dedadas e humidades dos móveis e dos utensílios/equipamentos de WC em locais elevados	Ausência de pó, dedadas e humidades nos móveis e nos utensílios/equipamentos de WC em locais elevados
Limpeza das paredes e divisórias	Não existência de pó, manchas, dedadas, outros resíduos incrustados ou sujidades óbvias; Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção.
Limpeza das paredes e divisórias	Não existência de pó, manchas, dedadas, outros resíduos incrustados ou sujidades óbvias; Não existência de escritos, desenhos ou outras marcas resultantes de caneta ou outras tintas possíveis de remoção
Limpeza de parapeitos e vidros e envidraçados interiores	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos parapeitos interiores. Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros e envidraçados interiores
Limpeza a fundo de todos os pavimentos (incluindo escadas, patamares, passadiços e elevadores), procedendo, quando adequado, ao seu enceramento e polimento	O pavimento deve apresentar um estado de limpeza que se assemelhe ao seu estado original, não contendo lixos ou sujidades suscetíveis de remoção e possuindo um aspeto abrilhantado, resultante de atividades como enceramento, polimento, lavagem a seco, entre outras, de acordo com o tipo de pavimento existente

Limpeza de parapeitos e vidros e envidraçados interiores	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos parapeitos interiores; Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros e envidraçados interiores
--	--

### C. Lavador de Vidros

Principais Atividades	Resultados
Limpeza Interior e Exterior de Vidros e Estores de Difícil Acesso	Ausência de pó, manchas, resíduos sólidos incrustados ou líquidos derramados nos estores exteriores; Não existência de dedadas, manchas ou qualquer marca de contraste nos vidros interiores e exteriores
Limpeza de Fachadas	Ausência de pó, manchas, lamas, resíduos sólidos incrustados, líquidos, tintas e graffittis de difícil remoção